

A qualidade ambiental e o processo de cidadania. Seu enquadramento à cidade de Benguela

Isaac Simão Santo

Mestre em Geociências (ramo: Ambiente e Ordenamento) pela FCT da Universidade de Coimbra, Pós-graduado em Geociências pelo ISPTundavala e Licenciado em Geografia pelo ISCED de Benguela
(isaacsanto82@outlook.pt)

Arsénio Boaventura Hilinganiye

Mestrando em Ensino das Ciências pelo ISCED da Huíla, Licenciado em Biologia pelo ISCED da Huíla (arsenioboaventura@live.com.pt)

Resumo

A cidade de Benguela, localiza-se no município de Benguela, sendo a capital da província com o mesmo nome. Banhada pelo Oceano Atlântico, possui uma enormidade de factores de crescimento como o mar, a altitude entre outras tendo, por isso, um misto de soluções e problemas para as questões ambientais.

A discussão sobre o estado do ambiente em Benguela torna-se importante devido ao facto de que, mais do que se levantar o problema, se torna necessário discutir o complexo mundo de soluções para o cenário actual e se possam ser prevenidos actos que prejudiquem as novas gerações e comprometam o futuro das comunidades, em especial no território em análise.

Palavras-chave: cidadania, educação ambiental, saneamento, Benguela.

1. Qualidade do ambiente em Angola (solos, água e qualidade do ar). Revisão bibliográfica

Angola é um país que se encontra abaixo da linha equatorial (continente africano), sendo membro de diversas organizações, com realce para a SADEC (traduzido para português como Comunidade de Desenvolvimento da África Austral).

Banhado pelo Oceano Atlântico, o país está entre os paralelos 4°22' e 18°02' e os meridianos 11°41' e 24°05' leste, para além de ser constituído por 18 províncias ao longo dos seus 1.246.700 km² e 1.650 km de costa, desde Cabinda (província mais ao norte) ao Namibe (no extremo sudoeste) (Roosbroeck, Pierre Van *et al.*, 2006, p. 16)¹.

Pela sua localização geográfica, o território nacional é influenciado por “um conjunto de factores, dos quais se destaca (sic) a amplitude de latitudes, a altitude, a orografia, a corrente fria de Benguela e as bacias hidrográficas do Zaire, Zambeze, Cuanza e Cunene” (*idem*, p. 16).

Estas razões promovem investimentos nacionais e incentivam o surgimento do empresariado estrangeiro, assim como o surgimento de bens e serviços úteis para o país e seus habitantes.

No entanto, estes mesmos factores propiciam o aparecimento de constrangimentos de ordem ambiental, analisado desde o ponto de vista de uso e ocupação do solo, para além da sua erosão, favorecimento da desertificação, poluição das águas e do ar. Luanda, capital do país, concentra a maior densidade populacional e, portanto, as maiores dificuldades ambientais. Porém, o estado das cidades é igual (tal e qual) ao que se passa nas designadas “zonas de transição e nas zonas periurbanas”. Nestas, a grande maioria das construções apresenta um perfil designado “precário, que se desenvolvem sem qualquer tipo de plano de desenvolvimento”².

¹ Roosbroeck, Pierre Van *et al.* - *Update of the country environmental Profile of Angola* (Actualização do perfil ambiental de Angola). Disponível em http://esa.un.org/iys/review09/countries/angola/pdfs/Angola_Recommendations_for_Changing_the_Institutional_Sanitation_Landscape.pdf [Data de acesso: 23.12.2015].

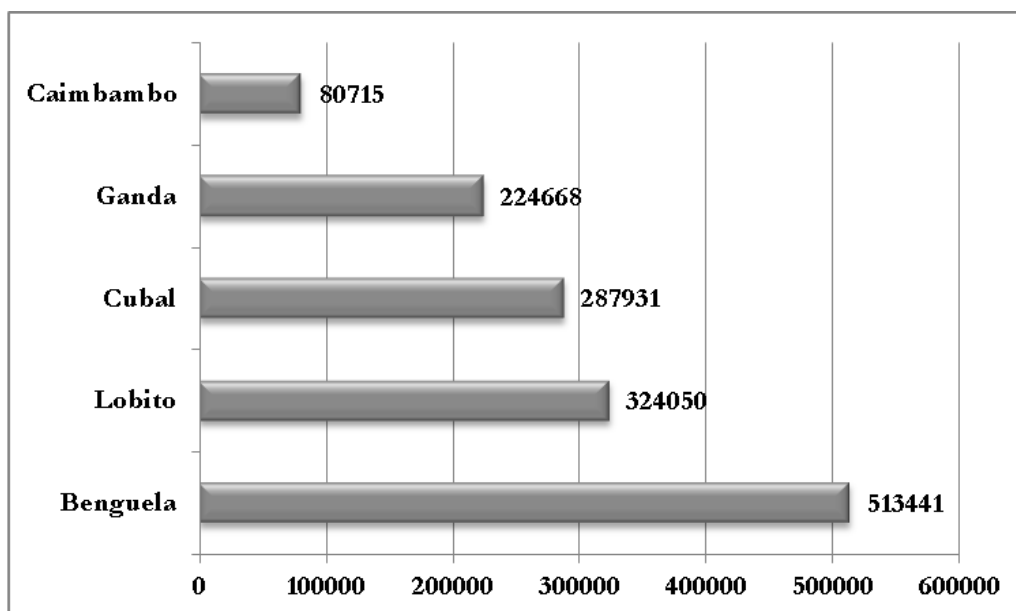
² Ministério do Urbanismo e Ambiente – *Relatório sobre o estado do ambiente em Angola*. Programa de Investimento Ambiental. 2006. <http://www.ecolex.org/server2.php/libcat/docs/LI/MON-083704.pdf>. [Data de acesso: 15.03.2009].

2. Situação do ambiente em Benguela. A questão da produção e recolha do lixo

Benguela é o mais populoso município da província. Conforme dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), reportando-se aos resultados do Resultados preliminares do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014, só Benguela concentra 25% da população da província, vindo, em segundo, terceiro e quarto lugares, os municípios do Lobito (16%), Cubal (14%) e Ganda (11%), respectivamente.

Dos 10 que compõem a província, o que apresenta menos habitantes é o município do Caimbambo. Para cada habitante desta localidade, existem pelo seis no município sede.

Gráfico 1 – Número de habitantes entre alguns municípios da província de Benguela



Fonte: Adaptado da publicação preliminar dos resultados do Censo, 2014 (INE, 2014)³

Para Guimarães, Carvalho e Silva (2007), referidos por Ribeiro e Rooke (2010, p. 1), citando dados da Organização Mundial da Saúde, “sanamento é o controle de todos os factores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar físico, mental e social”.

Relativamente ao estado sanitário do município de Benguela, Viana⁴ (2015) aponta que situação tem vindo a melhorar nos últimos tempos, em especial no que diz respeito à

³ Instituto Nacional de Estatística – *Resultados preliminares do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014*.

⁴ Viana, Albano – *A situação do lixo em Benguela*. Entrevista à Rádio Benguela aos 05.03.15

recolha do lixo nas principais artérias da cidade de Benguela. No entanto, segundo aquele responsável da Inspeção da Saúde em Benguela, este processo está longe de atingir o rigor exigido também para as zonas periféricas. Apontou como factores a fraca capacidade de recolha das empresas contratadas para o efeito e a falta de colaboração da população que cada vez mais vai ocupando e fazendo o uso do solo sem a devida atenção ambiental e sem a obediência de possíveis orientações administrativas, informação concordante com as declarações de representantes da Administração Municipal de Benguela e de algumas empresas presentes ao debate.

Figura 1 - Contentor de lixo na periferia da cidade de Benguela



Fonte: fotografia do autor (2015)

Sob este ponto de vista importa frisar a importância do ordenamento do território. Segundo Teles e Laranjeira [2015?],

O ordenamento do território consubstancia-se ao nível local, no Plano Director Municipal (PDM), suportado pelo zonamento de classes de uso do solo a que se afectam determinadas funções, nomeadamente as de protecção e conservação dos sistemas de importância ecológica e/ou de interesse natural, considerados espaços *non aedificandi* por excelência (...).

Na opinião de Baud, Bourgeat e Bras⁵ (1999, p. 262), “o ordenamento do território tem um objectivo quase único: o «reequilíbrio» de um espaço; e utiliza muito diferentes conforme os sistemas políticos. (...) pressupõe uma percepção do espaço a ordenar”.

Devido aos designados processos de urbanização, constata-se uma interferência humana em zonas que deviam merecer grande atenção. Portugal, apesar dos pesares⁶, pode servir de grande exemplo para Angola na medida em que criou reservas como: a Reserva Ecológica Nacional (REN), Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Domínio Público Hídrico (DPH). Muitas das áreas que deviam merecer atenção como áreas para não construir são ocupadas principalmente por cidadãos de baixa renda, que se encontram vulneráveis a grande parte dos problemas ambientais, em especial nos últimos anos (em que são mais visíveis os efeitos das mudanças climáticas) como se pode notar na figura abaixo:

Figura 2 - Construção ao longo de uma vala não betonada (arredores da cidade de Benguela)



Fonte: Fotografia do autor (2015)

⁵ Baud, P.; Bourgeat, S. e Bras, C. – *Dicionário de Geografia*. Lisboa: Edições Plátano Edições Técnicas, Lda, 1997.

⁶ De acordo com Teles e Laranjeira [2015?], por exemplo, o crescimento urbano da cidade de Braga é a causa da ocupação, de forma indiscriminada, de áreas de REN, RAN e DPH, por falta de delimitação ou na sequência de sucessivas desafectações, fragmentando e comprometendo o *continuum naturale*.

Para além dos problemas que podem resultar de inundações em tempo chuvoso, há que considerar as doenças diarreicas agudas e as decorrentes da poluição do solo (através das fezes e outros compostos), poluição do ar (queima de lixo) e da água (através de efluentes domésticos, currais). Citem-se como exemplos a cólera, a ancilostomiase, a ascariíase, a criptosporidíase, a enterobíase, a leptospirose e a tuberculose.

Como é sabido, o mau cheiro, característico destas zonas, aliado a má alimentação pode encaminhar as populações destas zonas para cenários de debilidade e constituir-se uma fatalidade para grupos mais vulneráveis como crianças, idosos e mulheres grávidas.

De acordo com Guimarães, Carvalho e Silva (2007), referido por Ribeiro e Rooke⁷ (2010, p. 2),

a maioria dos problemas sanitários que afectam a população mundial estão intrinsecamente relacionados com o meio ambiente. Um exemplo disso é a diarreia que, com mais de quatro bilhões de casos por ano, é uma das doenças que mais aflige a humanidade, já que causa 30% das mortes de crianças com menos de um ano de idade. Entre as causas dessa doença destacam-se as condições inadequadas de saneamento (Guimarães, Carvalho e Silva, 2007, *apud* Ribeiro e Rooke, 2010, p. 2).

Se se tiver em conta a falta de meios financeiros para fazer face aos problemas de saúde, é fácil perceber que estes factores estão na linha da frente nos dados de morbimortalidade que se registam em locais com um saneamento básico deficitário como é o caso de algumas zonas de Benguela.

Populações como estas contam para as estimativas das Nações Unidas. Aquele organismo internacional, “estima que em 2050 as perdas anuais resultantes de desastres naturais possam chegar aos 250 milhões de euros e às 100 mil vítimas mortais (Carvalho, Carrasco, Farinha *et al.*, 2013, p. 442)⁸. Até lá só faltam 35 anos, sinal de que pode estar comprometida a esperança de vida de alguns angolanos residentes em zonas de alguma manifestação destes fenómenos.

⁷ Ribeiro, Júlia W. e Rooke, Juliana Maria S. – *Saneamento básico e sua relação com o meio ambiente e saúde pública*. Tese de especialização em Análise Ambiental. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em <http://www.ufjf.br/analiseambiental/files/2009/11/TCC-SaneamentoSa%C3%Bade.pdf>. [Data de acesso: 20.Fev.2015].

⁸ Carvalho, L.; Carrasco, U.; Farinha, M.; Batista, S.; Fernandes, J. M.; Sousa, G. e Leitão, N. – *Risco, desastre e resiliência – um desafio para a cidade de Amadora*. Congresso da Geografia Portuguesa, Universidade de Évora. ISBN: 978-972-99436-6-9. Disponível em http://www.preventionweb.net/files/36750_riskdisasterandresiliencemado.pdf [Data de acesso: 20.Fev.2015].

Figura 3 - Construções ao longo da planície de inundação de um vale (periferia da cidade de Benguela)



Fonte: Fotografia do autor (2015)

Constata-se, muito facilmente, que algumas zonas da cidade de Benguela estão longe de permitir que esta se constitua numa “cidade resiliente, no domínio dos desastres naturais”. Santos (2009) *cit. in* Carvalho *et al.* (2013, p. 433), definem cidades resilientes como aquelas que têm “uma maior capacidade de preparação, adaptação, antecipação, aprendizagem e de auto-organização em função de choques externos”. Ou seja, uma cidade resiliente é aquela que é capaz de se organizar antes, durante e depois de um desastre.

Justificam o anteriormente exposto alguns dos pontos constantes da Campanha Internacional para a Redução do Risco de Desastre – Construindo Cidades Resilientes 2010-2015 (UM-ISDR, 2012, *cit. in* Carvalho, 2013, p. 444):

- a) **A organização e coordenação de modo a compreender e reduzir os riscos de desastres, com base na participação de grupos de cidadãos e da sociedade civil.** Recuperando a figura 1, é possível notar-se alguma fragilidade sob este ponto de vista, na medida em que parece existir “alguma resistência” das populações quanto a construção em áreas de manifestação de algum risco e uma “provável” falta de organização e de coordenação das autoridades da zona relativamente às normas de uso e ocupação do solo, em particular das zonas *non aedificandi*, o que aumenta a vulnerabilidade social.

Vale, neste ponto, ressaltar o que refere Rebelo (2001), apontado por Cunha e Ramos⁹ [2014², p. 22], segundo o qual o conceito de risco não se pode separar do de vulnerabilidade pois, “de forma imediata ou a prazo, independentemente do local onde ocorram, o ser humano acaba sempre por ser afetado pelas manifestações dos processos naturais perigosos”. Muito embora o programa de Desenvolvimento Provincial de Benguela (2013-2017), vol. II – Estratégia de Desenvolvimento, inscreva como um dos aspectos fundamentais a sensibilização sobre os problemas ambientais e a melhoria da qualidade do ambiente ao nível de toda a província, é bastante visível o desfazamento entre estas medidas e a realidade que, em certa medida, encontra repouso em possível “fragilidade” das estruturas intermédias (responsáveis das comissões de bairro, administrações de zona e não só) na implementação das decisões.

Deste modo, toma-se como essencial que, para além da sua actividade fiscalizadora, o poder público exerça de facto os seus desígnios. Ou seja, usar dos seus direitos de promoção, controlo e uso racional dos recursos ambientais, sem se colocar de parte a reparação e, inclusivamente, a prisão de indivíduos por danos ambientais (Rocha *et al.*, 2012)¹⁰.

Os mesmos autores descrevem que as consequências do lixo podem causar a poluição dos solos, águas, ar pelo que, defendem, “a solução para o lixo será possível quando os seguintes agentes sociais estiverem incluídos na resolução: o poder público, a população e as empresas recicladoras¹¹” (Rocha *et al.*, 2012, p. 702). Aprofundando mais o tema, faz-se recurso ao art. 24.º da Lei do Ordenamento do Território (Ministério da Administração do Território)¹² para identificar os seus números 1 e 2. Estão definidos neste artigo, em particular nas suas alíneas a) e b) do número 2 o seguinte:

- as principais opções de Ordenamento Territorial Nacional e os Planos Provinciais de Ordenamento Territorial, bem como os planos territoriais interprovinciais devem definir os princípios e directrizes que nas respectivas áreas territoriais assegurem uma distribuição equilibrada das funções de vias de comunicação, de

⁹ Cunha, Lúcio e Ramos, Anabela, M. - *Riscos naturais em Portugal: alguns problemas, perspectivas e tendências no estudo dos riscos geomorfológicos*. Disponível em https://www.academia.edu/7464980/Riscos_naturais_em_Portugal_alguns_problemas_perspectivas_e_tend%C3%A2ncias_no_estudo_dos_riscos_geomorfol%C3%B3gicos. [Data de acesso: 21.Fev.2015].

¹⁰ Rocha, Adilson Carlos *et al.* – *Gestão de resíduos sólidos domésticos na zona rural: a realidade do município de Pranchita – PR*. Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria, vol. 5, pp. 699-714. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273425839007>. [Data de acesso: 05.Mar.2015].

¹¹ Muito embora em Angola não exista o serviço de reciclagem, podemos interpretar que, para o nosso caso, se podem integrar aqui as empresas de recolha de resíduos sólidos urbanos.

¹² Decreto n.º2/06, de 23 de Janeiro.

habitação, serviços e lazer, de espaços verdes e arborizados bem como dos equipamentos e infra-estruturas colectivas, aliada a directrizes de preservação da qualidade do ambiente urbano;

- os planos directores municipais e em particular os planos urbanísticos devem especificar os princípios e directrizes definidos nos planos territoriais de grau superior, estabelecendo os objectivos e os parâmetros de ocupação do solo para fins habitacionais, de serviços públicos e privados, de infra-estruturas, equipamentos colectivos, vias de comunicação, redes de abastecimento de água, de fornecimento de energia eléctrica e de gás, sistema de saneamento básico, redes escolares, de saúde e outras edificações, construções, devendo também fixar, por cada centro urbano, não só parâmetros de ocupação dos espaços verdes como os índices obrigatórios mínimos de arborização respectivos e demais requisitos que asseguram um sistema urbano coerente com um ambiente sadio e boa qualidade de vida.

b) **A existência de programas de educação/formação/sensibilização sobre a redução do risco de desastres nas escolas.** Sob este ponto de vista, importa referir que a educação é fundamental, mas não a única estratégia de educação, já que a exposição a determinado risco nem sempre é voluntária. Apesar disto, não pode ser usado como argumento para os constantes descuidos com a qualidade do ambiente.

Como aponta, Eigenheer¹³ (2015), viver afastado dos dejectos e lixo do local em que nos encontramos é uma prática que encontramos também no mundo animal, nos procedimentos de limpeza de ninhos e tocas. Está-se, sob este ponto de vista, diante de uma “sociedade de risco”. Os cidadãos deve ser levados a perceber que têm direitos e deveres. Ao se exigir viver num ambiente mais sadio, deve-se ter em conta que é necessária a participação popular para que se suprimam eventuais prejuízos ambientais e até mesmo risco para a comunidade.

Aliás, quando se fala dos riscos é necessário que na sua análise, se tenha em conta, entre outros aspectos (de maneira individual ou cumulativa) os seguintes, de acordo com Tavares¹⁴ (2013, p. 64):

- *A percepção sobre um crescente número de eventos extraordinários;*
- *O aumento da severidade ou complexidade dos processos perigosos;*
- *O aparecimento de novos processos perigosos;*
- *O aumento da população exposta aos perigos;*
- *Um maior conhecimento técnico e científico dos processos naturais;*
- *A diminuição da tolerância individual e colectiva à adversidade;*

¹³ Eigenheer, Emílio Maciel – *Lixo. A limpeza urbana através dos tempos.*

¹⁴ TAVARES, Alexandre - *Referenciais e modelos de governação dos riscos. In Riscos naturais, antrópicos e mistos. Homenagem ao Prof. Dr. Fernando Rebelo.* Coimbra. 2013.

- *A valorização individual e colectiva das perdas económicas;*
- *Uma maior cobertura pela comunicação social dos impactos e das perdas e danos;*
- *O aparecimento de novos referenciais colectivos e organizacionais de segurança.*

Assim sendo, a educação não deve ser vista de forma isolada. No entanto, aqui chama-se à análise o que se convencionou chamar de Educação Ambiental. De importância internacional, a Educação Ambiental é definida pela UNESCO, por via do seu Congresso de 1975 realizado em Belgrado, como

um processo que visa formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de participação e engajamento que lhe permita trabalhar individualmente e colectivamente para resolver os problemas actuais e impedir que se repitam” (Filho, 1987 *apud* Marcato¹⁵, 2002, p. 14).

3. Considerações finais

A qualidade do meio deve ser um dos aspectos fundamentais quando se persegue a melhoria da vida das populações. Faz-se necessário, em especial para o caso de África, que se tenha em atenção que o controlo da poluição do meio deve ser encarado com maior preocupação face aos seus efeitos na saúde e bem-estar da população entre outros. Dever-se-á aliar aos documentos legais sobre a matéria, há que ter em atenção os resultados, pesquisas e/ou estudos já alcançados por países mais desenvolvidos ou instituições.

Benguela, apesar de estar ainda um pouco longe do que se exige para a protecção do ambiente, compõem-se de cidadãos, de organismos e de estruturas do aparelho do Estado capazes de tornar o território resiliente, de modo a que se passe do desenvolvimento sustentável a uma sociedade sustentável.

É, para além de uma questão de sobrevivência e de protecção do ambiente, uma missão de cidadania a que são chamados todos os intervenientes no processo de melhoria da qualidade do meio.

¹⁵ Marcato, Celso – *Educação Ambiental. Conceitos e princípios*. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Sigma, Ltda.